Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

CNPJ/MF nº 17.200.920/0001-56

Cachoeira ENERGIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	101.895	104.832
Concessionárias	5	27.289	21.596
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	6	4.374	3.861
Outros tributos compensáveis	6	2.890	10.927
Estoques		3.011	2.478
Cauções e depósitos vinculados	9		20.449
Outros créditos	10	414	1.746
Total do Ativo Circulante		**139.873**	**165.889**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social	7	87.792	83.810
Cauções e depósitos vinculados	9	73.080	45.250
Outros créditos	10	257	452
		161.129	**129.512**
Imobilizado	11	1.060.078	1.090.143
Intangível	12	18.407	11.589
TOTAL DO ATIVO		**1.379.487**	**1.397.133**

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	13	19.570	11.778
Debêntures	14	29.834	40.300
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	37.123	33.644
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	436	
Outros tributos a recolher	6	1.092	393
Uso do bem público	16	1.191	1.141
Provisões	17	5.588	1.812
Outras contas a pagar	10	1.527	2.080
Total do Passivo Circulante		**96.361**	**91.148**
Não circulante			
Debêntures	14	154.681	162.813
Empréstimos e financiamentos	15	523.762	544.308
PIS e COFINS	7	19	6
Uso do bem público	16	13.543	13.164
Provisões	17	34.086	25.274
Outras contas a pagar	10	1.351	717
Total do Passivo Não circulante		**727.442**	**746.282**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(172.916)	(168.897)
Total do Patrimônio líquido		**555.684**	**559.703**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.379.487**	**1.397.133**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2023	2022
Receitas	19	**174.769**	**163.746**
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(52.337)	(43.544)
Custo de operação		(63.494)	(59.399)
		(115.831)	**(102.943)**
Lucro bruto		**58.938**	**60.803**
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(4.563)	(3.836)
Outras despesas e receitas operacionais		(9)	13
		(4.572)	**(3.823)**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**54.366**	**56.980**
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		21.354	18.294
Despesas financeiras		(81.822)	(85.286)
		(60.468)	**(66.992)**
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		**(6.102)**	**(10.012)**
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.899)	(137)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.982	2.418
		2.083	**2.281**
Prejuízo do exercício		**(4.019)**	**(7.731)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,00552)	(0,01062)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	(4.019)	(7.731)
Resultado abrangente do exercício	**(4.019)**	**(7.731)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2023	2022
Geração do valor adicionado	**215.306**	**191.939**
Receita operacional	199.835	187.832
Receita relativa à construção de ativos próprios	15.471	4.107
(-) Insumos adquiridos de terceiros	**(90.391)**	**(67.516)**
Custos da energia comprada	(36.701)	(28.323)
Encargos de uso da rede elétrica	(20.961)	(19.650)
Materiais	(3.632)	(2.281)
Serviços de terceiros	(23.079)	(12.815)
Outros custos operacionais	(6.018)	(4.447)
Valor adicionado bruto	**124.915**	**124.423**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(45.820)	(43.674)
Valor adicionado líquido produzido	**79.095**	**80.749**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	22.399	19.202
Valor adicionado total a distribuir	**101.494**	**99.951**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	4.204	3.726
Benefícios	1.124	1.004
FGTS	357	265
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	17.819	17.094
Estaduais	186	307
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	81.822	85.286
Aluguéis	1	
	105.513	**107.682**
Prejuízo do exercício	(4.019)	(7.731)
	101.494	**99.951**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro		(6.102)	(10.012)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		45.848	43.742
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		74.758	77.405
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.632	1.743
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		4.486	8.623
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(118)	224
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(8.849)	(7.877)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(555)	(204)
Outros		945	750
		112.045	**114.394**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(5.693)	6.145
Outros tributos compensáveis		(9.893)	(9.600)
Cauções e depósitos vinculados		(2.042)	48
Outros ativos operacionais		995	409
		(16.633)	**(2.998)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		7.792	618
Outros tributos a recolher		17.608	17.994
Provisões		(1.480)	(1.736)
Uso do bem público		(1.203)	(1.122)
Outros passivos operacionais		(668)	(472)
		22.049	**15.282**
Caixa proveniente das atividades operacionais		117.461	126.678
Imposto de renda e contribuição social pagos		(400)	(1.021)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**117.061**	**125.657**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(13.085)	(5.793)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(13.085)**	**(5.793)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Cauções e depósitos vinculados		3.510	(3.715)
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(51.154)	(37.823)
Pagamentos de encargos de dívidas		(59.269)	(36.147)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	25.1	**(106.913)**	**(77.685)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(2.937)**	**42.179**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		101.895	104.832
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		104.832	62.653
		(2.937)	**42.179**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**728.600**	**(161.166)**	**567.434**
Prejuízo do exercício		(7.731)	(7.731)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**728.600**	**(168.897)**	**559.703**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**728.600**	**(168.897)**	**559.703**
Prejuízo do exercício		(4.019)	(4.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**728.600**	**(172.916)**	**555.684**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).

A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	123,30	29/05/2013	19/08/2048

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 123,3MWm foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R$95,51/MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2023, o preço atualizado do contrato é de R$171,64/MWh (R$162,26/ MWh em 31 de dezembro de 2022).

O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão de 29 de maio de 2048 para 19 de agosto de 2048 que representa um acréscimo de 82 dias.

As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$658, atualizado em 31 de dezembro de 2023 de R$1.224, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente remanescente da obrigação é de R$14.734 (R$14.305 em 31 de dezembro de 2022). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data-base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 1° de março de 2024. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após proceder com o teste de imparidade da avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS *Practice Statement* 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronuncia-mento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii)Adiamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v)Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), *Amendments to* IFRS 17 (2020) e *Initial Application of* IFRS 17 e IFRS 9 - *Comparative Information* (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7/ IFRS 17 e IFRS 9	Pronuncia-mento	01/01/2023
Revisão 22: CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20 (R1) e CPC 41	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.	IAS 7/ IAS 16/ IAS 23/ IAS 33	Pronuncia-mento	04/08/2023

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/EDPCACHOEIRA1575147528032024.pdf

Hash:171159612186e413202ce94d568e8537d37491cc41

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros para Fins Gerais	As alterações trazem apenas ajustes de redação e de referências em razão de atualizações ocorridas em outros Pronunciamentos Técnicos do CPC que têm correspondência com as normas emitidas pelo IASB, não contemplando qualquer alteração de mérito na norma original.	N/A	Orientação	04/08/2023
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronuncia-mento	01/12/2023
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante; Passivos Não Circulantes com *Covenants* e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (*sale and leaseback*).	IAS 1/ IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2024
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto.	IFRS 10 / IAS 28	Pronuncia-mento	Indeterminado

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1° de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 129,7MW para 123,3MW.
REN nº 1.063 de 10 de maio de 2023	Em 10 de maio de 2023 foi publicada a REN nº 1.063, alterando a REN nº 846, de 11 de junho de 2019, com vistas a estabelecer procedimentos e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia associados à segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela ANEEL, de acordo com o que determina a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.	A Companhia está cumprindo as exigências estabelecidas quanto a segurança de barragens, caso a Companhia não atenda poderá sofrer penalidades que podem chegar a 2% da sua receita.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	2.698	11.445
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	99.197	93.387
Total	**101.895**	**104.832**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 102,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

5 Concessionárias

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	5.1	27.289	21.596
		27.289	**21.596**

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorrem, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente do reajuste dos preços de contratos, pelo IPCA de 4,6% no ano de 2023.

6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atua-lização monetária	Adian-tamentos / Pagamentos	Com-pensação de tributos	Baixas	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2023
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.861		555	375	(1.333)		916	4.374
Total Circulante	**3.861**	**-**	**555**	**375**	**(1.333)**	**-**	**916**	**4.374**
Outros tributos compensáveis								
ICMS	-			25			(25)	-
PIS e COFINS	9.346	6.502					(15.550)	298
IRRF sobre aplicações financeiras	1.524	3.416					(2.380)	2.560
Outros	57					(25)		32
Total Circulante	**10.927**	**9.918**	**-**	**25**	**-**	**(25)**	**(17.955)**	**2.890**
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	1.899					(1.463)	436
Total Circulante	**-**	**1.899**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(1.463)**	**436**
Outros tributos a recolher								
ICMS	6	314		(158)				162
PIS e COFINS	-	18.188		(852)	(1.333)		(15.576)	427
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	114	1.202		(1.168)				148
Encargos com pessoal	273	1.674		(1.592)				355
Total Circulante	**393**	**21.378**	**-**	**(3.770)**	**(1.333)**	**-**	**(15.576)**	**1.092**

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7 Tributos diferidos

		Ativo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS				19	6
Imposto de renda e contribuição social	7.1	87.792	83.810		
Total		**87.792**	**83.810**	**19**	**6**

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	2023	2022
Prejuízos Fiscais	56.790	57.407			(617)	14.779
Base Negativa da Contribuição Social	20.444	20.666			(222)	5.320
	77.234	**78.073**	**-**	**-**	**(839)**	**20.099**
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.084	7.952			2.132	2.235
Gastos Pré-operacionais						16
Uso do bem público - CPC 25	10.440	10.391	7.799	7.993	243	300
Direito de concessão - GSF			582	606	24	32
Licenças ambientais	3.179	1.030	4.858	5.221	2.512	(20.228)
Outras	232	229	138	45	(90)	(36)
Total diferenças temporárias	**23.935**	**19.602**	**13.377**	**13.865**	**4.821**	**(17.681)**
Total bruto	**101.169**	**97.675**	**13.377**	**13.865**	**3.982**	**2.418**
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(13.377)	(13.865)	(13.377)	(13.865)		
Total	**87.792**	**83.810**	**-**	**-**		

7.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2024	2025	2026	2027	2028	2029 a 2030	A partir de 2031	Total Não circulante
3.773	6.585	6.442	6.205	7.792	18.081	52.291	101.169

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, são apresentados como segue:

	Relacio-namento	Duração	Ativo Não circulante 31/12/2023	Passivo Circulante 31/12/2023	Passivo Circulante 31/12/2022	Passivo Não circulante 31/12/2022	Receitas (Despesas) Operacional 2023	2022
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 10)								
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de *Backoffice* (a)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2019 até 31/12/2026	20			4	(510)	
			20	**-**	**-**	**4**	**(510)**	**-**
Fornecedores (Nota 13)								
Suprimento de energia elétrica								
Energest	Controle Comum	01/01/2017 até 31/12/2046						(5.815)
EDP Trading	Controle Comum	01/04/2022 até 30/04/2022						(1.235)
Contrato Prestação de Serviços (b)								
EDP Trading	Controle Comum	01/10/2019 até 31/05/2022						(246)
EDP Goiás	Controle Comum	01/06/2022 até 30/06/2026		52	348		(610)	(348)
Encargos de uso de rede								
Mata Grande Transmissora	Controle Comum	28/11/2014 até 31/12/2048					(6)	(2)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	30/07/2021 até 31/12/2048		11	12		(140)	(125)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	30/07/2021 até 31/12/2048		1			(17)	(10)
EDP Goiás	Controle Comum	14/06/2021 até 11/08/2047		8	7		(87)	(73)
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum	14/06/2021 até 11/08/2047		12	15		(161)	(133)
			-	**84**	**382**	**-**	**(1.021)**	**(7.987)**
			20	**84**	**382**	**4**	**(1.531)**	**(7.987)**

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas no item (b) ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(b) Contratos de Prestação de Serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, com vigência de 36 meses, a partir de 1° de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2021, pela EDP - Energias do Brasil como cedente, tendo como cessionária a EDP Trading, sendo que um aditivo foi firmado em 1° de outubro de 2019, quando do início das prestações de serviços, passando a EDP Trading para cedente. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R$1.476, a serem pagos em parcelas mensais de R$41, atualizado anualmente pelo IPCA.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 30 de junho de 2023.

Em 15 de maio de 2023 foi firmado o aditivo do contrato prorrogando a vigência até 30 de junho de 2026, bem como ajustar pelo IPCA o valor mensal pago pela contratante, de R$50,00 para R$51,55, a partir de 01 de julho de 2023, mantendo-se as demais cláusulas inalteradas.

8.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização	Resgate	Resgate	Saldo em 31/12/2023
Depósitos judiciais	17	1.089	2.103	275	(51)	(10)	3.406
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9.1	64.610	141.379	8.574	(144.889)		69.674
		65.699	**143.482**	**8.849**	**(144.940)**	**(10)**	**73.080**
Circulante		20.449					-
Não circulante		45.250					73.080

9.1 Cauções vinculados

Refere-se à garantia exigida junto à 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R$16.771 é correspondente a três vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (ii) R$30.305 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; e (iii) R$22.598, corresponde a uma caução dada como garantia judicial com vencimento para 17 de abril de 2025.

As movimentações de adição e resgate no exercício referem-se, à reposição dos saldos de debêntures das contas vinculadas.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante 31/12/2023	Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2023	Não circulante 31/12/2022
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		23	28		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			20	
Despesas pagas antecipadamente	10.1	362	1.718	237	452
Outros		29			
Total		**414**	**1.746**	**257**	**452**
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8				3
Folha de pagamento		112	132		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.2	858	847		
Encargos setoriais	10.3	557	1.101	1.351	714
Total		**1.527**	**2.080**	**1.351**	**717**

10.1 Despesas pagas antecipadamente

A redução refere-se à amortização mensal dos prêmios de seguros pagos antecipadamente.

10.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

10.3 Encargos setoriais

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de encargos setoriais de R$1.908 (R$1.815 em 31 de dezembro de 2022) refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2022	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Quota de reserva global de reversão - RGR						
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19 e 10.3.1	1.122	1.652	88	(1.240)	1.622
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	19	445	5.403		(5.631)	217
Outros encargos		248	830		(1.009)	69
Total		**1.815**	**7.885**	**88**	**(7.880)**	**1.908**
Circulante		1.101				557
Não circulante		714				1.351

10.3.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, 30% serão atribuído à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

11 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores à entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

11.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,12	84.784	(20.462)	64.322	3,12	88.046	(18.557)	69.489
Reservatórios, barragens e adutoras	3,10	418.746	(98.192)	320.554	3,09	418.715	(85.194)	333.521
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16	321.729	(77.759)	243.970	3,16	321.587	(67.581)	254.006
Máquinas e equipamentos	3,29	546.826	(135.179)	411.647	3,28	538.148	(115.810)	422.338
Veículos	14,29	1.368	(1.233)	135	14,29	1.368	(1.088)	280
Móveis e utensílios	6,25	417	(160)	257	6,25	409	(134)	275
		1.373.870	**(332.985)**	**1.040.885**		**1.368.273**	**(288.364)**	**1.079.909**
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	230	(34)	196	3,33	230	(27)	203
Máquinas e equipamentos	14,81	2.549	(586)	1.963	14,81	2.549	(394)	2.155
Veículos	14,29	674	(284)	390	14,29	675	(189)	486
Móveis e utensílios	6,25	79	(20)	59	6,25	79	(15)	64
		3.532	**(924)**	**2.608**		**3.533**	**(625)**	**2.908**
Total do Imobilizado em serviço		**1.377.402**	**(333.909)**	**1.043.493**		**1.371.806**	**(288.989)**	**1.082.817**
Imobilizado em curso								
Geração		15.997		15.997		6.789		6.789
Administração		588		588		537		537
Total do Imobilizado em curso		**16.585**	**-**	**16.585**		**7.326**	**-**	**7.326**
Total Imobilizado		**1.393.987**	**(333.909)**	**1.060.078**		**1.379.132**	**(288.989)**	**1.090.143**

11.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos (Nota 11.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreci-ações	Baixas	Reclas-sificação	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em serviço							
Terrenos	69.489		(3.262)	(1.905)			64.322
Reservatórios, barragens e adutoras	333.521		30	(12.997)			320.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	254.209		142	(10.185)			244.166
Máquinas e equipamentos	424.493		8.679	(19.562)			413.610
Veículos	766			(241)			525
Móveis e utensílios	339		8	(31)			316
Total do Imobilizado em serviço	**1.082.817**	**-**	**5.597**	**(44.921)**	**-**	**-**	**1.043.493**
Imobilizado em curso							
Terrenos	(6)	2.440	3.262			(5.681)	15
Reservatórios, barragens e adutoras	-		(30)			30	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-		(142)			142	-
Máquinas e equipamentos	6.879	11.344	(8.679)		(169)	6.355	15.730
A ratear	9	31				(37)	3
Outros	444	1.225	(8)		(15)	(809)	837
Total do Imobilizado em curso	**7.326**	**15.040**	**(5.597)**	**-**	**(184)**	**-**	**16.585**
Total do Imobilizado	**1.090.143**	**15.040**	**-**	**(44.921)**	**(184)**	**-**	**1.060.078**

11.2.1 Ingressos

Os ingressos no exercício referem-se, principamente, aos gastos necessários para adequação da usina à nova lei de segurança de barragens Lei nº14.066/2020 (Nota 3.1). Esses gastos são referentes, a recuperação estrutural do vertedouro, bacia de dissipação e tomada d'água.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/EDPCACHOEIRA1575147528032024.pdf

Hash:171159612186e413202ce94d568e8537d37491cc41

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do Intangível

	31/12/2023				31/12/2022			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	192	(192)	-	20,00	192	(153)	39
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	18.089	(9.898)	8.191	25,00	10.774	(9.441)	1.333
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP (Nota 12.2.1)	2,85	10.020	(3.051)	6.969	2,85	10.020	(2.768)	7.252
Direito de concessão - GSF (Nota 12.2.2)	3,72	1.875	(162)	1.713	3,72	1.875	(93)	1.782
		30.176	**(13.303)**	**16.873**		**22.861**	**(12.455)**	**10.406**
Administração								
Software	20,00	656	(416)	240	20,00	500	(338)	162
		656	**(416)**	**240**		**500**	**(338)**	**162**
Total do Intangível em serviço		**30.832**	**(13.719)**	**17.113**		**23.361**	**(12.793)**	**10.568**
Intangível em curso								
Geração		1.037		1.037		808		808
Administração		257		257		213		213
Total do Intangível em curso		**1.294**	**-**	**1.294**		**1.021**	**-**	**1.021**
Total do Intangível		**32.126**	**(13.719)**	**18.407**		**24.382**	**(12.793)**	**11.589**

12.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2022	Ingressos	Amortizações	Transf. para intangível em serviço	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em serviço						
Software		201		(118)	157	240
Direito de concessão - Licenças ambientais	12.2.3	1.333	7.315	(457)		8.191
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	7.252		(283)		6.969
Direito de concessão - GSF	12.2.2	1.782		(69)		1.713
Total do Intangível em serviço		**10.568**	**7.315**	**(927)**	**157**	**17.113**
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso		1.021	430		(157)	1.294
Total do Intangível em curso		**1.021**	**430**	**-**	**(157)**	**1.294**
Total do Intangível		**11.589**	**7.745**	**(927)**	**-**	**18.407**

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão.

12.2.2 Direito de concessão - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 2,7 meses na concessão da Companhia. A amortização iniciou em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

12.2.3 Direito de concessão - Licenças ambientais

Os Ingressos no exercício referem-se a adição de gastos com renovação das licenças ambientais da usina pelo período de 6 anos, conforme nota 17.2.

13 Fornecedores

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento de energia elétrica		2.249	2.899
Encargos de uso da rede elétrica		1.883	2.019
Operações CCEE		3.588	1.037
Materiais e serviços	13.1	11.850	5.823
Total		**19.570**	**11.778**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Materiais e serviços

A variação ocorreu devido à revisão do plano de segurança de barragens e do plano de ação de emergência, além de inspeções subaquáticas para ensaios nas estruturas de concreto.

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

											31/12/2023				31/12/2022			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	2.019	27.867	154.817	184.703	1.388	38.971	163.001	203.360
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(52)	(136)	(188)		(59)	(188)	(247)
Total											**2.019**	**27.815**	**154.681**	**184.515**	**1.388**	**38.912**	**162.813**	**203.113**

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R$184.703 em 31 de dezembro de 2023 (R$203.360 em 31 de dezembro de 2022).

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2022	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Pagamentos	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante							
Principal	38.971		8.184		8.621	(27.909)	27.867
Juros	1.388	15.182				(14.551)	2.019
Custo de transação	(59)		(52)	59			(52)
	40.300	**15.182**	**8.132**	**59**	**8.621**	**(42.460)**	**29.834**
Não circulante							
Principal	163.001		(8.184)				154.817
Custo de transação	(188)		52				(136)
	162.813	**-**	**(8.132)**	**-**	**-**	**-**	**154.681**

14.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2024	29.834
	29.834
Não circulante	
2025	28.139
2026	31.278
2027	25.030
2028	25.061
2029	25.191
2030	19.982
	154.681
Total	**184.515**

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;

(ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;

(iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;

(iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;

(v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;

(vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;

(viii) Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD; e

(ix) Não manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 20%, calculado anualmente em 31 de dezembro, que não seja sanado em até 30 dias após comunicação do Agente Fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

											31/12/2023				31/12/2022			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias		Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional																		
BNDES	504.100	25/11/2014	485.486	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.		5.235	32.096	525.142	562.473	5.006	28.859	545.896	579.761
(-) BNDES - Custos de Transação	-		(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal				(208)	(1.380)	(1.588)		(221)	(1.588)	(1.809)
Total											**5.235**	**31.888**	**523.762**	**560.885**	**5.006**	**28.638**	**544.308**	**577.952**

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 encontram-se em conformidade no respectivo contrato de financiamento.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$562.473 em 31 de dezembro de 2023 (R$579.761 em 31 de dezembro de 2022).

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2022	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2023
Circulante							
Principal	28.859	(23.245)		26.236		246	32.096
Juros	5.006	(44.718)	44.947				5.235
Custo de Transação	(221)			(208)	221		(208)
	33.644	**(67.963)**	**44.947**	**26.028**	**221**	**246**	**37.123**
Não circulante							
Principal	545.896			(26.236)		5.482	525.142
Custo de Transação	(1.588)			208			(1.380)
	544.308	**-**	**-**	**(26.028)**	**-**	**5.482**	**523.762**

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento
Circulante	
2024	37.123
	37.123
Não circulante	
2025	25.790
2026	27.802
2027 até 2031	172.064
2032 até 2036	249.911
2036 até 2037	48.195
	523.762
Total	**560.885**

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja, em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2022	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias (Nota 20.1)	Pagamentos	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Circulante						
Uso do bem público	1.141	(2)	31	(1.203)	1.224	1.191
	1.141	**(2)**	**31**	**(1.203)**	**1.224**	**1.191**
Não circulante						
Uso do bem público	13.164	288	1.315		(1.224)	13.543
	13.164	**288**	**1.315**	**-**	**(1.224)**	**13.543**

17 Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2023	Circulante 31/12/2022	Não circulante 31/12/2023	Não circulante 31/12/2022
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1			30.325	24.056
Licenças ambientais	17.2	5.588	1.812	3.761	1.218
Total		**5.588**	**1.812**	**34.086**	**25.274**

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo					Ativo	
							Depósito judicial	
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Atualizações monetárias	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	17.1.1.1	23.389	2.395	4.476	(602)	29.658	3.399	1.088
Outros		667				667		
Total Não circulante		**24.056**	**2.395**	**4.476**	**(602)**	**30.325**	**3.399**	**1.088**

17.1.1.1 Cível

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na ensecadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura controlada na ensecadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Companhia, qual seja indenização em R$20 para residências e R$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Companhia interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Companhia participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Companhia não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas as ações com pedidos de danos morais.

A Companhia havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Companhia, já líquida de franquia, o valor de R$28.000.

Em 31 de dezembro de 2023, ocorreram adições no montante de R$2.395, referentes à sentença de indenizações de desapropriações para a construção de usina. Atualmente, aguarda-se julgamento em instâncias superiores.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito judicial	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis		10.051	9.336	7	1
Fiscais	17.1.2.1	17.742	16.304		
Total		**27.793**	**25.640**	**7**	**1**

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R$17.170 (R$56.755 em 31 de dezembro de 2022).

17.1.2.1 Fiscais

Ação judicial movida pela Companhia em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R$15.362 em 31 de dezembro de 2023 (R$14.074 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia aguarda o julgamento.

17.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2023 de R$9.349 (R$3.030 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação - LO nº 0237/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015 pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá e autoriza a Companhia a operar a UHE Cachoeira Caldeirão, localizada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP).

A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A LO foi válida até 17 de dezembro de 2021. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação da Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá, tendo portando considerado que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo máximo da última licença obtida, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e está sendo amortizada pelo prazo de 6 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R$878 (R$1.360 em 2022). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Transferências	AVP	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2023
Circulante	1.812	3.804	(878)	829	(103)	124	5.588
Não circulante	1.218	3.511		(829)	(94)	(45)	3.761
Total	**3.030**	**7.315**	**(878)**	**-**	**(197)**	**79**	**9.349**

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é de R$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2023		31/12/2022	
Acionista	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	**728.000.000**		**728.000.000**	

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

continua...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/EDPCACHOEIRA1575147528032024.pdf

Hash:171159612186e413202ce94d568e8537d37491cc41

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

		MWh		R$	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	19.1	1.136.172	1.136.172	195.013	184.355
Energia de curto prazo		6.684	16.261	4.822	3.477
Receita operacional bruta		**1.142.856**	**1.152.433**	**199.835**	**187.832**
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
PIS/COFINS				(17.181)	(15.738)
		-	**-**	**(17.181)**	**(15.738)**
Encargos do consumidor					
P&D	10.3.1			(1.652)	(1.613)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	10.3			(5.403)	(5.987)
Taxa de fiscalização				(830)	(748)
		-	**-**	**(7.885)**	**(8.348)**
		-	**-**	**(25.066)**	**(24.086)**
Receitas		**1.142.856**	**1.152.433**	**174.769**	**163.746**

19.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente do reajuste dos preços de contratos, pelo IPCA de 4,6% no ano de 2023.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2023					2022				
		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais			Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outros	Total
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	33.213				33.213	25.611				25.611
Encargos de uso da rede elétrica		19.022				19.022	17.832				17.832
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		5.600	569		6.169		5.152	693		5.845
Material			2.325	10		2.335		1.120	85		1.205
Serviços de terceiros	20.3		9.248	2.229		11.477		8.835	1.358		10.193
Depreciação - Imobilizado em serviço			44.893			44.893		42.773			42.773
Amortização			927			927		871	31		902
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					10	10				(13)	(13)
Outras		102	501	1.755	(1)	2.357	101	648	1.669		2.418
Total		**52.337**	**63.494**	**4.563**	**9**	**120.403**	**43.544**	**59.399**	**3.836**	**(13)**	**106.766**

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2023	2022
Contratos de compra de energia por quantidade	20.1.1	26.475	22.531
Energia de curto prazo	20.1.2	11.384	9.155
(-) Ressarcimentos CCEE		(2.268)	(3.499)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(3.385)	(2.609)
Outros		1.007	33
Total		**33.213**	**25.611**

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício de 2023 deve-se, substancialmente, ao ingresso de três contratos de compra de energia com vigência de 1° de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, com objetivo de evitar uma exposição financeira negativa em 2023 na CCEE, quando comparado ao mesmo período de 2022. Adicionalmente o PLD alcançou média de R$72,20/MWh (Submercado SE/CO) em 2023, em comparação com R$59,00/MWh (Submercado SE/CO) em 2022.

20.1.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente ao aumento do PLD médio do submercado SE/CO, que foi de R$72,2/MWh em 2023, em comparação com PLD médio menor de R$59,0/MWh em 2022.

20.2 Pessoal e Administradores

	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	3.387	3.364
Encargos	1.190	1.162
Previdência privada - Corrente	102	107
Despesas rescisórias	170	19
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	376	281
Outros benefícios - Corrente	1.004	892
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(91)	
Outros	1	2
	6.139	**5.827**
Administradores		
Honorários e encargos	12	14
Benefícios dos administradores	18	4
	30	**18**
	6.169	**5.845**

20.3 Serviços de terceiros

	2023	2022
Serviços de consultoria	1.975	843
Serviços de manutenção	7.845	7.870
Serviços de limpeza e vigilância	453	438
Serviços ambientais	109	580
Serviços de informática	498	626
Serviços de publicação e publicidade	132	130
Serviços de telecomunicações	507	40
Serviços de transporte	237	315
(-) Crédito de PIS/COFINS	(845)	(1.166)
Outros	566	517
	11.477	**10.193**

21 Resultado financeiro

	Nota	2023	2022
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	20.911	18.644
Energia vendida		176	195
Depósitos judiciais	9	275	87
Juros e multa sobre tributos	6	555	204
Outros juros e variações monetárias		465	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.045)	(908)
Outras receitas financeiras		17	72
		21.354	**18.294**
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(50.896)	(49.196)
Debêntures	14.2	(23.862)	(28.209)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(4.476)	(5.238)
Uso do bem público	21.1	(1.632)	(1.743)
Outros juros e variações monetárias		(348)	(224)
Outras despesas financeiras		(608)	(676)
		(81.822)	**(85.286)**
Total		**(60.468)**	**(66.992)**

21.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente ao indexador IPCA, que foi de 4,40% no acumulado em 2023 (5,79% em 2022).

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(6.102)	(10.012)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	**2.075**	**3.404**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(51)	(54)
Outros		
Efeito tributário de créditos extemporâneos		(1.096)
Outras	59	27
Resultado de IRPJ e CSLL	**2.083**	**2.281**
Alíquota Efetiva	34,14%	22,78%

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2023	2022
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(4.019)	(7.731)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	728.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	**(0,00552)**	**(0,01062)**

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	99.197	93.387	99.197	93.387
			99.197	**93.387**	**99.197**	**93.387**
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.698	11.445	2.698	11.445
Concessionárias	5	Nível 2	27.289	21.596	27.289	21.596
Cauções	9	Nível 2	69.674	64.610	69.674	64.610
Outros créditos - Partes relacionadas	8	Nível 2	20		20	
			99.681	**97.651**	**99.681**	**97.651**
			198.878	**191.038**	**198.878**	**191.038**
Passivos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	19.570	11.778	19.570	11.778
Debêntures	14	Nível 2	192.360	197.126	184.515	203.113
Uso do bem público		Nível 2	12.023	14.206	14.734	14.305
Empréstimos e financiamentos	15					
Moeda nacional		Nível 2	560.885	578.499	560.885	577.952
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8	Nível 2		3		3
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	9.349	2.993	9.349	3.030
			794.187	**804.605**	**789.053**	**810.181**

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 15), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público, das debêntures e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, incluindo o risco de crédito;

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atreladas ao risco de mercado associados ao TJLP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

						Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	99.197	4.345			4.345	1.050	2.087	(1.064)	(2.142)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	69.674	3.444	698		4.142	1.032	2.064	(1.033)	(2.068)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	**168.871**	**7.789**	**698**	**-**	**8.487**	**2.082**	**4.151**	**(2.097)**	**(4.210)**
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(562.473)	(48.312)	(163.272)	(168.200)	(379.784)	(68.644)	(136.315)	69.647	140.328
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	**(562.473)**	**(48.312)**	**(163.272)**	**(168.200)**	**(379.784)**	**(68.644)**	**(136.315)**	**69.647**	**140.328**
Debêntures	IPCA	(184.703)	(12.670)	(29.792)	(3.954)	(46.416)	(4.941)	(10.081)	4.752	9.321
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	**(184.703)**	**(12.670)**	**(29.792)**	**(3.954)**	**(46.416)**	**(4.941)**	**(10.081)**	**4.752**	**9.321**

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 8,0% e 11,7% a.a.; TJLP entre 6,3% e 6,9% a.a.; e IPCA entre 3,6% e 8,7% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 14 e 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2023							31/12/2022
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	AVP	Total	Total
Passivos financeiros								
Fornecedores	14.191	267	5.112				19.570	11.778
Debêntures			29.834	134.699	19.982		184.515	203.113
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.943	5.902	29.278	149.872	373.890		560.885	577.952
Uso do bem público	101	201	934	3.544	10.158	(204)	14.734	14.305
Licenças ambientais	331	1.906	3.503		4.175	(566)	9.349	3.030
Outras contas a pagar - Partes relacionadas							-	4
	16.566	**8.276**	**68.661**	**288.115**	**408.205**	**(770)**	**789.053**	**810.182**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/EDPCACHOEIRA1575147528032024.pdf

Hash:171159612186e413202ce94d568e8537d37491cc41

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas *(covenants)* normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Em 31 de dezembro de 2023, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, foi atendido, considerando a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2022, conforme contratos de financiamento. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 15) e Debêntures (Nota 14). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R$119.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações.

Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Meio Ambiente da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende à possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Águas - ANA e ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (CCEE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MME, Empresa de Pesquisa Energética - EPE e ONS). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e debêntures	745.400	781.065
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(101.895)	(104.832)
(-) Cauções	(69.674)	(64.610)
Dívida líquida	**573.831**	**611.623**
Total do Patrimônio Líquido	555.684	559.703
Total do capital	**1.129.515**	**1.171.326**
Índice de alavancagem financeira - %	50,80%	52,22%

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2023				
				Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	9	64.610	(3.510)	8.574		69.674
		64.610	**(3.510)**	**8.574**	**-**	**69.674**
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Debêntures	14	203.113	(42.460)	8.621	15.241	184.515
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	577.952	(67.963)	5.728	45.168	560.885
		781.065	**(110.423)**	**14.349**	**60.409**	**745.400**
Movimento relativo às atividades de financiamento						
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		**716.455**	**(106.913)**	**5.775**	**60.409**	**675.726**

	2022				
			Efeito não caixa		
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2022
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	53.105	3.715	7.790		64.610
	53.105	**3.715**	**7.790**	**-**	**64.610**
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Debêntures	217.571	(42.667)	12.387	15.822	203.113
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	560.059	(31.303)	3.715	45.481	577.952
	777.630	**(73.970)**	**16.102**	**61.303**	**781.065**
Movimento relativo às atividades de financiamento					
(Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	**724.525**	**(77.685)**	**8.312**	**61.303**	**716.455**

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	7.315	
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	2.385	1.686
Total	**9.700**	**1.686**

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	31/12/2023 Total geral	31/12/2022 Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	405
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.771	11.769	10.476	33.641	60.657	68.080
Materiais e serviços	18.412	12.739	2.698	1.146	34.995	32.950
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	60.981	95.078	69.025	103.004	328.088	348.387
	84.164	**119.586**	**82.199**	**137.791**	**423.740**	**449.822**

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2023, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2023					31/12/2022
	2024	2025 e 2026	2027 e 2028	A partir de 2029	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					-	408
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	46.065	70.300	77.551
Materiais e serviços	17.855	13.560	3.304	1.714	36.433	36.400
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	58.055	103.369	86.396	169.268	417.088	516.270
	80.757	**126.623**	**99.394**	**217.047**	**523.821**	**630.629**

26.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido 31/12/2023	31/12/2022
Ações judiciais	Seguro Garantia	48.556	
Outros	(i) Fiança bancária e (ii) Seguro Garantia	1.175	1.730
		49.731	**1.730**

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	15.868		15.868	
Usina	718.822	200.000	718.822	200.000
Linhas de Transmissão	14.224		14.224	
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)		360		360
Seguro de vida	2.947	(*)	3.224	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$25.583;

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$238.995; e

(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.327.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Silvio Alexandre da Scucuglia da Silva
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro
Conselheira

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

Liyi Zhang
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Operacional e Técnico

Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca
Diretor Administrativo

Fernando Fleischer Ferrari
Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos (Corporativo)

Carla Renata Baptistão
Contadora - CRC 1SP328362/O-5 "S" AP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (Notas 2.6, 11 e 12)	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras os montantes de R$ 1.060.078 mil e R$ 18.407 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. Anualmente a administração realiza avaliação de indicativos de redução ao valor recuperável dos referidos ativos e, quando aplicável, teste de *impairment* utilizando o método do valor em uso, que requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras. Consideramos o teste de impairment dos ativos imobilizados e intangíveis como um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, consequentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*), bem como a aprovação pelos Órgãos de Governança da Companhia. Também efetuamos análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis, e revisamos a análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários. Discutimos com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados e analisamos a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de impairment, assim como as divulgações, são consistentes com as evidências de auditoria obtidas.
Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 7)	
A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2023, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 87.792 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos. A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação à posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como um Principal Assunto de Auditoria.	Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, o entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, bem como as aprovações pelos Órgãos de Governança da Companhia. Também analisamos as principais premissas e testamos os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, preparados pela administração. Discutimos com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados em notas explicativas e analisamos a adequação das divulgações apresentadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2023, sem ressalvas

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 1º de março de 2024

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 28/03/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/03/28/EDPCACHOEIRA1575147528032024.pdf

Hash:171159612186e413202ce94d568e8537d37491cc41